

PROFESSORES DO CAMPO NA AMAZÔNIA: RELATO DE PESQUISA E APRENDIZAGENS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFRA

Alessandra Victória Pereira Barbosa¹
Erika da Silva Pereira²
Suzane Cunha da Luz³
Dayana Viviany Silva de Souza⁴

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar considerações sobre a perspectiva de docentes do campo a partir de uma pesquisa desenvolvida na disciplina de Fundamentos da Educação do Campo na Amazônia, vivenciada no segundo semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRA. Tal disciplina e pesquisa possibilitaram um entendimento sobre o conceito e histórico da educação do e no campo, juntamente com as dificuldades apresentadas pelos docentes camponeses durante a sua realização, seja pelo impacto da desvalorização destes ou pela ausência de investimentos nas políticas públicas na efetivação de uma educação inclusiva e igualitária. Metodologicamente a pesquisa se dá numa abordagem qualitativa baseando-se em referenciais de Chizzotti (2003) com aplicação de questionário com questões mistas, onde foram realizadas análises sobre a formação dos docentes do campo e a necessidade em trabalhar e vincular no currículo as especificidades que a população do campo almeja. Os resultados demonstraram que os educadores do meio rural gostam da sua profissão, ainda que desvalorizada socialmente, vivem desafios na utilização de tecnologias e ainda, mesmo que parcialmente, desconhecem sobre o que é educação do campo ou sua diferenciação quanto a educação rural.

Palavras-chave: Professores, Educação do Campo, Amazônia, Relato, Pedagogia.

INTRODUÇÃO

A educação do campo tem trajetória advinda das reivindicações e pautas de trabalhadores e trabalhadoras rurais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, em sua organização tem a perspectiva de lutar contra as desigualdades fundiárias, pelo direito à educação de qualidade e pela valorização da realidade sociocultural dos que vivem no campo. Assim, percebe-se que por ação de diferentes coletivos a educação é

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, alevi_mp@hotmail.com;

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, erikapererira210@gmail.com;

³Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, souza.cunha57@gmail.com;

⁴Doutorado em Educação – UFPA, Professora orientadora, Líder do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Educação do Campo e Agroecologia na Amazônia - MOTIRÔ, Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade na Amazônia – GEDAM, Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, dayana.souza@ufra.edu.br.

mais que um direito, é meio de transformação e de superação de uma visão de educação reduzida ao tecnicismo e de ideologia opressora, excludente. A educação é um mecanismo de ressignificação e emancipação das populações do campo.

A realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer o enfrentamento à uma Educação Rural ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito a uma educação que esteja vinculada à vida no meio rural, com uma escola no/do campo (CALDART, 2012).

É nesta compreensão que o presente trabalho vem apresentar resultados de uma pesquisa feita com professores que atuam no campo, a partir da disciplina Fundamentos da Educação do Campo na Amazônia, desenvolvida no contexto da pandemia Covid-19, na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). A pesquisa teve o objetivo de conhecer a realidade de professores que atuam em escolas do campo e contou com a colaboração de três docentes da região norte.

Os resultados demonstraram que, apesar dos docentes gostarem de atuar nas escolas do campo, a precarização do trabalho e a ausência do investimento estatal, seja ele tecnológico, de infraestrutura, de elementos básicos como energia elétrica, denotam a ineficiência de políticas públicas e de garantias legais tanto para as instituições de ensino como para formação e atuação docente.

Portanto, investir na educação e na valorização do docente é imprescindível tendo em vista que são aspectos que corroboram para a garantia do direito à Educação. Dessa forma são necessários materiais específicos, formação continuada, tecnologias e acesso a elas, para que assim, os educandos possam ter, efetivamente, uma educação voltada a sua realidade, terem melhor compreensão dos conteúdos, se sentirem valorizados por quem entende e sabe de sua realidade rural.

METODOLOGIA

A construção do presente trabalho, advém de uma pesquisa realizada com docentes do campo, a partir da disciplina Fundamentos da Educação do Campo da Amazônia, vivenciada no Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRA, com carga horária de 68 horas e no formato remoto devido a pandemia. Esta disciplina ocorreu no período de maio a setembro de 2021 e objetivou conhecer a contextualização da Educação do Campo, seus traços de identidade e formação humana vinculada a uma concepção de campo, bem como suas lutas por políticas públicas que garantam o acesso universal à educação.

A disciplina oportunizou contato com o entendimento sobre o histórico acerca das pautas dos povos rurais e suas dificuldades de uma educação, que no paradigma da educação rural era excludente e opressora (FREIRE, 1957), totalmente contrária aos pressupostos da Educação do Campo.

Com base em Freire (1996, p.32):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

É neste sentido “do conhecer o que ainda não conheço” que foi planejada a atividade avaliativa intitulada Pesquisa com docentes da educação básica, onde, como acadêmicas de um curso de formação de professores, possamos nos encontrar nos docentes do campo. Desta maneira foram criados grupos de alunos que deveriam buscar professores que atuassem no meio rural do Estado do Pará, tendo como ponto de partida o que descreve o Decreto Nº 7.352/2010 sobre populações do campo e escola do campo:

I - Populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, as caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II - Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

Compreendido sobre as pessoas e o lócus onde poderiam ser feita a pesquisa, com base em uma abordagem qualitativa que segundo Chizzotti (2003) ocorre em um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, adotando multimétodos de investigação para o estudo.

Com base nas orientações desse tipo de pesquisa qualitativa, utilizou-se como técnica de coleta de dados, um questionário com vinte e quatro questões mistas, dividido em duas partes: a primeira tratando da identificação e dados profissionais dos docentes e a segunda sobre a prática e as vivências dos docentes. Devido ao contexto pandêmico que vivemos nesse período foi orientado que a pesquisa pudesse ser realizada por diferentes canais como telefone, aplicativo de WhatsApp, Google forms ou Google Meet, considerando a situação, disponibilidade e compromisso de cada docente em responder o questionário. Após a busca dos docentes, acordou-se em receber as respostas via WhatsApp.

Os docentes colaboradores atuam no Ensino Fundamental e são dos seguintes municípios paraenses: Moju (Mesorregião do Nordeste Paraense), Salvaterra (Mesorregião do Marajó) e Marapanim (Mesorregião do Nordeste Paraense).

Além da prévia explicação dos docentes, sobre o fato de ser uma pesquisa de cunho meramente acadêmico, foi solicitado a cada um dos que decidiram contribuir e responder as perguntas, que preenchessem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a utilização dos dados para pesquisas científicas.

Após a etapa de aplicação do questionário, os discentes elaboraram relatórios e apresentaram os resultados e suas análises oralmente para docente e colegas de turma.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEITO E HISTÓRICO

A Educação do Campo é uma modalidade da educação que ocorre em espaços rurais, nasce das lutas dos movimentos sociais, que buscam por uma educação de qualidade. “Protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas”. (CALDART, 2012, p. 259).

De maneira mais básica, a educação do campo tem como protagonista os moradores do campo que buscam por políticas públicas voltadas para educação. Porém, a ausência de uma educação escolar formal para o homem do campo, por muito tempo, esteve ancorada na justificativa de que "o homem do campo não precisava de estudo." Essa concepção fez com que essa parcela da sociedade vivesse excluída das práticas de direito à cidadania.

Essa população, antes "esquecida", torna-se alvo de preocupação da classe dominante após o intenso fluxo de migração de pessoas das zonas rurais para as zonas urbanas, o chamado êxodo rural, e devido ao crescimento desordenado de pessoas nos centros urbanos, muitos problemas de ordem estrutural eram ocasionados.

Com isso, a classe dominante enxergou que a saída estava na elaboração de um sistema de educação para o meio rural, conhecido como "ruralismo pedagógico", que "fixasse" o trabalhador no campo, a fim de solucionar o impasse.

Dessa forma, fica subentendido que a preocupação ao elaborar um projeto de educação para a zona rural esteve voltada apenas para atender os interesses políticos e econômicos de um determinado grupo. Para Prado (1995, p. 6), o ruralismo pedagógico caracterizava-se por ideias que

consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Estes encontram-se diluídos entre o que se pôde perceber

como interesses de caráter econômico das classes e grupos de capitalistas rurais ou como interesses de grupos, principalmente políticos interessados na questão urbana.

E acrescenta que os objetivos da escola rural, decorrente dessa proposta de educação era:

pragmático em mais de um sentido: primeiro, porque construiu a ideia de uma escola voltada para tarefas práticas e necessidades (que supunha) imediatas das populações pobres do campo; segundo, porque reescrevia a noção de valorização do ser humano, de desenvolvimento da natureza humana, pretendendo que se acreditasse que menos valia mais, em um discurso ideológico bastante aceito e legitimado, referido, isto sim, aos sistemas dos grupos sociais hegemônicos.

Essa ideologia de educação rural com cunho pragmático e urbanocêntrico se estendeu por anos no cenário nacional, até a interferência dos movimentos sociais populares do campo, no interior do movimento "Por uma Educação do Campo", inaugurando a luta por uma educação específica e diferenciada, concebida para além da escola. Pensamento crítico que se contrapõe à Educação Rural.

O breve percurso histórico da Educação do Campo, a princípio, batizada como Educação Básica do Campo, é marcado por uma sucessão de lutas e embates políticos que resultaram, dentre outras conquistas posteriores, no marco significativo da inserção da educação do campo na agenda política e na política educacional, indicado a partir da Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDB) Nº 9394/1996, que afirma, em seu artigo 28, a possibilidade de adequação curricular e metodologias apropriadas ao meio rural e flexibiliza a organização escolar, com adequação do calendário escolar.

Porém, apesar das conquistas, os desafios para a concretização efetiva da educação do campo perpassam pela necessidade de professores com formação profissional adequada e/ou com formação continuada para atuar na região, pois para Alencar (2010, p. 211) “há demanda de professores com conhecimentos, encaminhamentos didáticos e interesses sobre as necessidades de aprendizagens e de produção de conhecimento do povo do campo.”

Diante disso percebe-se que pensar em um projeto educacional que atenda às demandas e necessidades do homem do campo implica pensar no sujeito que irá desenvolver as práticas pedagógicas condizentes com o que propõe a Educação do Campo. Este, segundo Arroyo (2011), deve se auto reconhecer como sujeito ativo, afirmativo e se contrapor as concepções dominantes na cultura social e pedagógica inspiradora de propostas curriculares e didáticas de diretrizes e políticas curriculares compensatórias e moralizadoras.

O CAMPO E A NECESSIDADE DE UM/UMA DOCENTE DO E NO CAMPO

A partir do momento em que o campo passa a ter visibilidade, deixando de ser visto como uma sombra da área urbana, passa a ser necessária uma educação específica voltada para os residentes do campo, com políticas públicas que reconheçam as particularidades, as especificidades, as lutas e a realidade do povo do campo. Logo, compreende-se a importância e a necessidade da formação de docentes capacitados para a atuação do campo e no campo. Como salienta Munarim (2006, p. 25):

Tem-se a certeza, apenas de que, tal formação deve assentar-se em princípios universais já consagrados no setor das ciências da educação, e que leve em conta que o campo é constituído de especificidades que não podem ser ignoradas nos processos educativos, mais que isso, essas especificidades somente estarão presentes se o professor tiver tido formação adequada.

Diante disso, nota-se que as lutas dos movimentos sociais exigem que o processo de formação de professores para a atuação no campo, deve ser diferenciada e específica. Para assim atender as expectativas educacionais do campo. De acordo com Arroyo (2007, p. 167)

Os movimentos sociais reivindicam que nos programas de formação de educadoras e educadores do campo sejam incluídos o conhecimento do campo, as questões relativas ao equacionamento da terra ao longo da nossa história, as tensões no campo entre o latifúndio, a monocultura, o agronegócio e a agricultura familiar, conhecer os problemas da reforma agrária, a expulsão da terra, os movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa, pelos territórios dos quilombos e dos povos indígenas. Conhecer a centralidade da terra e do território na produção de vida, da cultura, das identidades, da tradição, dos conhecimentos...

De acordo com Arroyo (2007, p. 174) a formação capacitada e continuada de professores para a atuação em escolas do campo para a efetivação de um ensino de qualidade deve considerar:

A especificidade das formas de produção da vida, da cultura, do trabalho, da socialização e sociabilidade traz inerente, como exigência, a especificidade dos processos de formação e de educação; conseqüentemente, a especificidade dos domínios, artes e saberes exigidos dos profissionais dessa educação. Sem uma compreensão bem fundamentada desses processos formativos específicos, não terão condições de ser educadores(as) dos povos do campo.

Dessa forma, o docente deve atender as expectativas dos alunos, suprindo as especificidades e valorizando os saberes locais do povo do campo. Pois, de acordo com Freire (1993, p. 100):

A escola democrática não apenas deve estar permanentemente aberta à realidade contextual de seus alunos, para melhor compreendê-los, para melhor exercer sua prática docente, mas também disposta a aprender em suas relações com o contexto.

Muitos são os desafios encontrados na trajetória do professor do campo, como a desvalorização desse docente que atua em escolas do campo. Segundo Siade et al. (2018):

O professor não deve se conformar com as condições sob as quais executa seu trabalho, com a justificativa de que os alunos dependem dele, pois, esse conformismo compromete o alcance das conquistas e a valorização profissional. (SIADE et al., 2018).

Ademais, coloca o autor cit. que a profissão docente deve ser reconhecida como tal, por condições dignas de trabalho e valorização social e salarial. Para assim os docentes do campo sentirem a real valorização profissional e a educação ter avanços cada vez mais positivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O QUE DISSERAM OS EDUCADORES DO CAMPO? O QUE APRENDEMOS?

Foram realizadas 10 perguntas abertas aos docentes, porém, selecionamos apenas algumas perguntas e respostas para serem discutidas neste presente artigo. Nosso objetivo era saber e entender por meio dos docentes que atuam no campo suas visões sobre determinadas questões acerca do conceito de educação do campo, a utilização de tecnologias, a valorização social, dentre outros. A isso somam-se saberes ricos adquiridos durante a aprendizagem disciplinar, tendo em vista, as análises detalhadas e debates que foram realizados de cada resposta obtida para compreender por meio dessas novas perspectivas, quem está atuando em uma educação do e no campo.

Quando perguntado se conhecem sobre Educação do Campo, eles responderam:

P1: Conheço a educação do campo de política e realidade. É uma política pública conseguida através das lutas dos movimentos sociais. E na prática é a possibilidade de os invisíveis do campo terem protagonismo no cenário educacional.

P2: Trabalho numa escola localizado na zona rural.

P3: Sim, é um espaço educativo que tem integração com o meio em que vive.

Nem todo docente que trabalha na educação do campo entende plenamente a diferença entre a educação rural e a educação do campo, porém, percebe-se que o professor 1 tem essa percepção sobre a diferença principalmente por estar engajado em lutas sociais, ser um dos representantes do movimento dos quilombolas e estar em constante estudo sobre o cenário educacional do campo.

Entretanto a Professora 2 reflete apenas um senso comum e simplista do que seria educação do campo, resumindo-a em estar localizada somente em uma zona rural.

A terceira professora nos acarreta a ideia da relação entre escola e local, sendo a educação do campo um espaço interativo que retrata a ideia de unir a realidade dos camponeses e a sua formação.

As compreensões dos docentes nos levaram a perguntarmos se Educação do campo e educação rural são a mesma coisa? Eles responderam:

P1: A educação do Campo se difere da educação Rural. A educação rural foi uma educação excludente, não levava em consideração as realidades presentes nos espaços rurais, mesmo porque se usava como discurso a soberania nacional e o desenvolvimento econômico e uma formação voltada para o mundo do trabalho, você teria que ser funcional. Já a educação do Campo vem em um caminho inverso, trazendo para dentro de seu bojo o sujeito do campo não apenas como uma figura ilustrativa, mais sim como um sujeito que de fato participa do seu próprio projeto de educação sendo reconhecido como produtor de conhecimento e não apenas como u reprodutor.

P2: Não, pois a educação no campo é uma modalidade de ensino situada na zona rural.

P3: Não, por mais que estejam ligadas, a rural ligada a atividades econômicas e do campo com atividades vivenciadas por seus moradores seja econômica ou de sobrevivência.

A partir da resposta do P1 conseguimos observar, perfeitamente, o que difere educação rural da educação do campo. Enfatizando que educação do campo em seu processo de construção vem para substituir a ideia colonizadora da educação rural e transformar-se em uma educação queque valorize os trabalhadores em sua essência e capacidade formadora e não como meros reprodutores úteis somente para a mão de obra.

A Professora 2 permanece na condição de não ter tanta noção sobre essa diferenciação devido a sua resposta de que tanto a educação rural quanto a educação do campo, podem ocorrer em zonas rurais, portanto não há aqui a diferença entre ambas as modalidades. Quando sabemos que existem lacunas abissais de diferenciação entre ambas.

A resposta de P3 acena compreensões diferenciadas quando relata que a educação do campo também se interliga às atividades produtivas dos trabalhadores; a diferença que deveria ser relatada aqui seria que o trabalhador é visto apenas como uma mão de obra braçal sem mais qualidades atribuídas, que não valoriza a além do aspecto produtivo. Porém sobressai novamente a mesmice, uma resposta que não apresenta diferenciações entre os conceitos.

Quando perguntado se os educadores trabalham com os saberes locais dos alunos? Fazem relação com produções econômicas do município como agricultura ou pesca? Todos afirmam que sim, que englobam os conhecimentos da realidade dos educandos:

P1: Em grande parte sim. Através de práticas pedagógicas “inclusivas” como por exemplo o etino conhecimento, que nos possibilita trabalhar as diversas áreas do conhecimento usando a realidade do próprio educando.

P2: Sim. Em atividades contextualizadas, de acordo com a realidade dos alunos e atividades práticas que envolvam a pesca, a cultura local e as tradições.

P3: Sim. Incorporando nas sequencias didáticas, procurando autores locais, buscando na atividade de campo e pedagógica soluções para problemáticas diárias. Ligando os componentes curriculares ao fazer pedagógico.

Trabalhar a realidade dos alunos do campo é essencial para a valorização da população campesina, então, os 3 docentes entrevistados responderam que trabalham conhecimentos locais com os seus alunos, por meio de práticas que eles mencionam serem inclusivas e contextualizadas percebemos então como essas atividades exigem uma formação adequada e um grande esforço por parte dos docentes para produzir materiais a partir da realidade tanto dos professores quanto dos estudantes. A partir das respostas de ambos os professores, temos a concepção tanto da importância em trabalhar com a realidade dos educandos quanto de estar capacitado e se capacitando para tal função. Uma vez que a formação continuada é garantida por lei e de suma importância para práticas educativas exitosas e que acompanham a evolução do mundo.

Com base nisso foi indagado se na escola do contexto rural em que atuam, acessam tecnologias? Vocês as utilizam? Como? Os professores disseram:

P1: O acesso é bem precário não se tem uma boa infraestrutura, além da precariedade da energia elétrica. E quando se usa é pra fazer pesquisas bem simples do próprio celular do já que não se tem computadores que os mesmos tenham acesso.

P2: Sim, porém o sinal de internet é escasso e, na maioria das vezes, utilizo recurso próprio.

P3: Sim, temos internet e computadores somente para a gestão escolar, docentes e secretaria. A televisão, aparelho de som e Datashow servem para as aulas e culminância de atividades.

É importante atentar-se em como o uso das tecnologias são importantes para a realização das práticas pedagógicas, o professor “P1” relata o acesso ser bem precário e a professora “P2” utiliza um recurso próprio e a docente “P3” relata sobre ter a utilização de alguma tecnologia exclusivamente para a gestão escolar.

A ausência de recursos e investimentos para as escolas do campo impacta não só na utilização de novas formas de comunicação e conhecimentos para serem transmitidos aos alunos, como também limita os professores no que se refere a utilização de novos recursos que melhor assessoram a formação desses alunos.

Ao final, após os professores apresentarem alguns limites e desafios, foi perguntado se eles gostam de serem docentes onde trabalham? Se se sentem valorizados? Eles responderam:

P1: Sei que não é fácil ser docente, mas gosto muito. A questão “valorizado” já é um pouco mais difícil. Porque para sermos educador temos que realizar várias atividades intra e extracurricular o que nos toma boa parte de nosso tempo, para que tenhamos um bom aproveitamento deveríamos não apenas ganhar mais, mais ter a possibilidade de sempre estar passando por formações, tenha um bom ambiente de trabalho, estrutura física e técnica para possa desenvolver um trabalho mais satisfatório.

P2: Sim. Gosto de ser docente na zona rural, pois é muito gostoso trabalhar em um ambiente tranquilo, ventilado, próximo ao rio, onde nos sentimos valorizados e respeitados por todos os envolvidos na educação da zona rural.

P3: Sim, sim, a relação com os demais colegas é cordial e amigável e valorização por parte da gestão municipal.

A visão do docente P1 apresenta um posicionamento político, crítico sobre as condições da educação do campo, já as docentes P2 e P3 resgatam o romanticismo da atuação no meio rural. Assim, a desvalorização do professor e a ausência de capacitações interfere na qualidade do ensino, principalmente pelo abandono político, pois, como diz um dos pesquisados apenas ter amor pelo ato de ensinar não é suficiente "vai muito além do gostar, envolve respeito pelo espaço e pelas pessoas que ali estão. O que não gosto são os descasos para conosco”.

As falas dos três professores corroboram que a partir do momento em que a educação deixa de receber suportes devidos, acaba-se perdendo o caráter igualitário almejado entre as diferentes ciências e profissões, e na oportunidade de se oferecer uma educação de qualidade, acaba-se ocasionando o oposto, como desigualdades e exclusões sociais. Além disso, a formação continuada do educador é essencial para trabalhar com os discentes de diversas idades e com conteúdo plurais e específicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E APRENDIZAGENS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFRA

Dada a proposta inicial desta pesquisa, percebe-se a importância das experiências aqui relatadas para a colaboração de reflexões acerca das práticas e desafios vivenciados por docentes que atuam em escolas do campo, considerando que não são todos os professores, como demonstraram os resultados acima, que são conhecedores dos princípios da Educação do Campo e se reconhecem como agentes sociais na construção de uma educação que não se limita apenas ao ambiente escolar, como foi apreendido por nós durante a disciplina de Fundamentos da Educação do Campo na Amazônia.

Ainda assim, ao analisar o perfil de todos os docentes aqui supracitados, observa-se que estes buscam cumprir alguns termos do que prevê a LDB 9394/96, como tentar adequar os

componentes curriculares à realidade dos discentes, por meio de práticas pedagógicas, interligando-os a cultura local e as atividades de produção dos trabalhadores do campo.

No entanto, é fato que com a ineficiência de políticas públicas e a falta de atenção voltada para a formação continuada dos professores e sua atuação no campo, fica inviável promover os avanços necessários para a garantia de todos os direitos aos cidadãos do campo que, historicamente, estiveram às margens da sociedade.

Diante disso, a disciplina contribuiu para a aquisição de uma percepção esclarecedora da heterogeneidade sociocultural e reconhecimento à diversidade. E nos possibilitou pensar na inclusão dos sujeitos do campo, principalmente, no que concerne a questão dos direitos sociais e políticas públicas que atendam as suas expectativas e necessidades. Reconhecemos ainda a importância da Educação do Campo para a promoção de uma consciência crítica, política e coletiva, que respeite e valorize a história do campo, o campo e quem nele vive.

AGRADECIMENTOS

Aos docentes que nos auxiliaram por meio de suas visões na compreensão material de alguns aspectos sobre a docência no meio rural e reflexões sobre Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. F. dos S. Educação do campo e a formação de professores: construção de uma política educacional para o campo brasileiro. **Ciência & Trópico**, v. 34, 2010.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cadernos Cedes**, v. 27, p. 157-176, 2007.

BRASIL. Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-denovembro-de-2010/file>. Acesso em: set. 2021.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, 2004.

SIADÉ, A.; XIMENES-ROCHA, S. ESCOLA DO CAMPO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 3, n. 4, p. p. 107-124, 30 jun. 2018.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 21. ed. São Paulo: **Paz e Terra**, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 8. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1980.

MOLINA, Mônica Castagna; MUNARIM, Antonio. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. **Bib. Orton IICA/CATIE**, 2006.



PRADO, A. A. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. **Estudos Sociedade e agricultura**. n. 4, jul, p. 5-27, 1995.